



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

**Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural**

IRAMI SOARES OLIVEIRA

**DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
SOB A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES**

Brasília-DF

2015

IRAMI SOARES OLIVEIRA

**DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
SOB A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Professor Orientador: Dra. Patrícia C. Campos Ramos

Brasília-DF

2015

Oliveira, Irami Soares

Direitos Humanos e Inclusão Escolar de alunos com deficiência sob a perspectiva dos professores. – Brasília, 2015.
f. 37 : il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, EaD, 2015.

Orientador: Prof. Dra. Patrícia C.Campos-Ramos.

IRAMI SOARES OLIVEIRA

**DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
SOB A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural da aluna

Irami Soares Oliveira

Dra. Patrícia C. Campos-Ramos
Professor-Orientador

M.^a Analu D.Fernandes
Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015

RESUMO

A inclusão social e escolar de pessoas com deficiência tem sido amplamente debatida, principalmente, por perceber-se que essas pessoas são frequentemente marginalizadas, tendo seus direitos limitados ou muitas vezes negados devido a suas limitações. Pensando nisto, percebeu-se a importância de evidenciar a necessidade de incluir os alunos com deficiência no meio escolar, a fim de promover os princípios de igualdade, liberdade de locomoção, segurança, integridade física e à segurança pessoal, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que no âmbito escolar são vivenciados, desde cedo, a importância de se reconhecer esses direitos. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar, na perspectiva dos direitos humanos, as opiniões de professores a respeito da inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular que atue de forma inclusiva, situada em Samambaia, Distrito Federal. Com o intuito de propor medidas interventivas voltadas à temática deste estudo, realizou-se entrevista com docentes, coordenadores e direção da instituição de ensino escolhida para a construção de informações necessárias que permitam verificar como se dá o processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência. Após a realização deste estudo monográfico, o mesmo retornará à escola com o objetivo de apresentar os resultados obtidos ao longo do estudo e em uma roda de conversa com os participantes da pesquisa. Dentre os principais resultados obtidos, verificou-se a necessidade de realizar-se ações de integração entre os docentes que atuam na educação inclusiva e nas turmas regulares, além-problemas estruturais que necessitam de reformas. Contudo, nota-se que há um bom convívio entre alunos e professores, e que as limitações dos alunos são trabalhadas efetivamente pelos docentes e equipe pedagógica. Concluindo-se que, é possível garantir um ensino inclusivo, desde que, governo, familiares, comunidade escolar e educadores assumem sua parcela de responsabilidade e juntos criarem ações continuadas, pois a escola é um espaço dinâmico e com possibilidades ampla de abrigar ideias e propostas, essa interação ajuda a todos adquirir conhecimentos e entender que as diferenças auxiliam a compreender a dinamização existente numa sociedade.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Inclusão Escolar. Acessibilidade. Aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	7
1.2 Objetivos Geral.....	8
1.3 Objetivos Específicos	7
1.4 Justificativa	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Legislação e o direito à inclusão escolar	9
2.2 Inclusão escolar na formação da identidade pessoal, social e humana	11
2.3 A importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão	14
2.4 Acessibilidade.....	16
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	18
3.1 Contexto.....	18
3.2 Tipo de Pesquisa	18
3.3 Procedimentos	19
3.4 Ações interventivas	19
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE.....	33

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular é fundamental no processo de desenvolvimento e socialização, tanto para aqueles alunos que possuem como também para aqueles que não possuem deficiências, a fim de proporcionar uma convivência no que diz respeito à diversidade e às diferenças existentes numa sociedade e para que possamos reverter, historicamente, atrocidades cometidas pela falta de conhecimento.

Neste contexto, Delmondez e Pulino (2014, p. 03) discutem a diferença como “uma categoria para se referir a experiências de determinados grupos sociais, pois evidencia tanto as práticas de exclusão historicamente constituídas como a produção de novas posições de sujeito”. Sob essa perspectiva, as pessoas com deficiência podem ter sido privadas de acesso às condições básicas de desenvolvimento, especificamente, no sistema educacional.

Na sociedade contemporânea, em virtude da evolução dos estudos científicos e dos Direitos Humanos, começou-se a perceber que as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos como quaisquer outras. Silva (2007) pressupõe que o outro cultural, na era da globalização, pode ser um problema social e pedagógico, pois coloca permanentemente em questão a existência do outro, do diferente.

A escola tem um papel fundamental no processo de socialização, humanização para que, todos tenham seus direitos garantidos e respeitados.

Para Pulino (2014, p.08):

A escola, como instituição pública, é o espaço, por excelência, para a construção da cidadania e o exercício dos Direitos Humanos. Este é um processo de inclusão social, uma vez que, muitas das pessoas da comunidade escolar não têm tido a oportunidade de se expressar, de colocar suas ideias, seus desejos, de participar efetivamente de processos democráticos.

Assim, a presente pesquisa tem como foco, a partir da perspectiva dos direitos humanos, verificar como se dá a inclusão escolar de alunos com deficiência em uma escola de ensino público situada em Samambaia, Distrito Federal.

1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O interesse por este tema surgiu no ano de 2010 quando participei de uma pesquisa realizada pelo CNPQ com o objetivo de verificar quais eram os tipos de violências sofridas pelas pessoas com deficiência. Desde então, verifiquei que esta é uma realidade vivenciada cotidianamente por pessoas com deficiência que ainda se encontram no período escolar.

Sob este aspecto verifica-se a necessidade de apresentar às instituições de ensino métodos e técnicas realmente capazes de promover a inclusão educacional das pessoas com deficiência. Assim, as necessidades serão observadas por meio de visitas a uma Escola Classe, a fim de verificar como é realizado o processo inclusivo destes alunos e por meio de pesquisa aplicada aos alunos e docentes propor medidas interventivas para proporcionar a melhor integração entre estudantes e escola.

Percebe-se assim, a importância de evidenciar a necessidade de incluir os alunos deficientes no processo democrático, visto que a escola é o melhor espaço no que tange a democratização e inserção social.

Diante destes aspectos chegou-se a seguinte problemática: os princípios norteadores quanto à inclusão social: igualdade, liberdade de locomoção, segurança, integridade física e à segurança pessoal, presentes na Declaração de Direitos Humanos, estão de fato sendo vivenciados pelas pessoas com deficiência no ambiente escolar?

1.1 Objetivo Geral

Analisar, na perspectiva dos direitos humanos, as opiniões de professores a respeito da inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular que atue de forma inclusiva, situada em Samambaia, Distrito Federal.

1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Analisar a importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão;
- ✓ Verificar se existe aceitação das diferenças no ensino regular, sob o ponto de vista docente.
- ✓ Discutir a visão dos direitos humanos no processo de inclusão escolar.

1.3 Justificativa

A escola tem um papel fundamental no processo de humanização e socialização para que todos tenham seus direitos garantidos e respeitados. Porém, diante das diferenças existentes no ambiente escolar, na inclusão de alunos com deficiência, muito se discute a respeito do preparo dos educadores como também as adequações estruturais das escolas.

Para Pulino (2014, p. 04) “A escola, como instituição pública, é o espaço, por excelência, para a construção da cidadania e o exercício dos Direitos Humanos.” Afinal, este é um processo de inclusão social, levando-se em consideração que muitas vezes as pessoas com deficiência encontram-se à margem da sociedade e têm no acesso a escola a oportunidade de expressar suas ideias, seus desejos, de participar efetivamente de processos de democráticos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente fala-se muito sobre educação inclusiva, contudo, nota-se que a população geral pouco compreende sobre o assunto, fazendo com que este fique limitado a debates políticos e acadêmicos.

Segundo o Artigo 8º da Declaração dos Direitos Humanos "todos são iguais perante a lei e, sem distinção [...]. Todos Têm direito a proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação." (ONU, 1948)

A declaração dos Direitos Humanos realça o princípio constitucional de igualdade, conforme consta no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, partindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988 p.13)

Pensando neste aspecto, o presente referencial teórico irá apresentar uma discussão sobre a inclusão escolar na formação da identidade pessoal, social e humana, os aspectos de inclusão expressos na legislação brasileira e, também, uma reflexão sobre a importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão, além dos critérios que definem a acessibilidade.

2.1 Legislação e o direito à inclusão escolar

No Brasil, a legislação compreende várias leis que contemplam os direitos das pessoas com deficiência, dentre elas: O Decreto Legislativo nº 186 de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo; o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; as leis: 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O Decreto Legislativo nº 186/2008 tem como propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas com deficiência. Além destes propósitos, o decreto apresenta os seguintes princípios:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (BRASIL, 2008, p. 01)

No que diz respeito à educação o presente decreto apresenta a obrigatoriedade do Estado de reconhecer os direitos das pessoas com deficiência, de acessarem à escola de forma igualitária, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (BRASIL, 2008)

Ao encontro à redação do Decreto apresentado inicialmente a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 esclarece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência. Nota-se que a legislação busca deixar claro que a inclusão de pessoas com deficiência deve ser assegurada em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Portanto, Mantoan (2006) diz que na interpretação evolutiva de normas educacionais, é preciso entender e ultrapassar as controvérsias entre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1996) e a Constituição Federal de 1988.

A Constituição reconhece que o atendimento educacional especializado também pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, em qualquer instituição, já que seria apenas um complemento, e não um substitutivo, do ensino ministrado na rede regular para todos os alunos. Mas na LDB (em seus artigos 58 e seguintes) consta que substituição do ensino regular pelo ensino especial é possível.

Segundo Mantoan (2006, p. 28):

A opinião de juristas brasileiros ligados ao Ministério Público Federal (Fávero e Ramos, 2002), essa substituição não está de acordo com a Constituição, que prevê atendimento educacional especializado, e não educação especial, e apenas aos portadores de deficiência, justamente por esse atendimento referir-se ao oferecimento de instrumentos que propiciam o acesso à educação.

Práticas escolares que contemplem as mais diversas necessidades dos estudantes, inclusive eventuais necessidades especiais, devem ser regra no ensino regular e nas demais modalidades de ensino, como a educação de jovens e adultos, a educação profissional, uma vez que não se justifica a manutenção de um ensino especial apartado. (PEREIRA, 2012)

Segundo Pereira (2012), os defensores das escolas inclusivas consideram que elas constituem meio eficaz para acabar com o preconceito e a discriminação, contribuindo para criação de comunidades mais acolhedoras, uma vez que cada criança possui interesses, capacidades, características e necessidades de aprendizagens que lhe são únicas.

2.2 Inclusão escolar na formação da identidade pessoal, social e humana

O processo de desenvolvimento deve estar vinculado às necessidades especiais de cada um.

Vivemos hoje numa cultura que almeja uma ordem social pautada em valores como a justiça, a igualdade, a equidade e a participação coletiva na vida pública e política de todos os membros da sociedade, ao mesmo tempo que busca uma vida digna para todas as pessoas. Esses valores são basais na Declaração Universal dos Direitos Humanos, fruto de um pacto consolidado em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas e hoje assumidos pelos países democráticos como uma referência de ética e de valores socialmente desejáveis. (ARAÚJO, 2004, p. 05)

Cury (2009, p. 24) destaca que “entre os bens que se configuram como Direitos Humanos está a educação escolar.” Para o autor, o Brasil é um país signatário de várias

convenções internacionais, e estas convenções reconhecem a educação escolar como direito fundamental para todos, para que ocorra o desenvolvimento do indivíduo como ser social, participativo, político e cultural.

Por compreender a importância da educação para a dignidade humana, a Organização das Nações Unidas (ONU) a apresenta, em sua composição, como um direito inalienável e igualitário a todos, independente de sua condição física ou intelectual. (CURY, 2009)

Quanto a educação inclusiva, a Declaração de Direitos Humanos traz, em seu Artigo XXVI, incisos I, II e III, que todo ser humano tem direito a instrução, gratuita, elementar, fundamental e técnico-profissional. A declaração esclarece, ainda, que o direito a instrução deve ser orientado no sentido pleno do desenvolvimento da personalidade, fortalecendo o respeito aos direitos humanos, e ainda, promovendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações, grupos raciais ou religiosos. Consta, também, na Declaração de Direitos Humanos, que os pais têm direito na escolha da instituição onde o filho deverá estudar. (ONU, 1948)

Assim, ao falarmos de inclusão escolar, devemos nos atentar, principalmente, aos valores de ordem social, particularmente a equidade, respeitando as particularidades de cada criança, independentemente desta possuir limitações físicas, psicológicas ou intelectuais.

Cabe ressaltar que cada pessoa processa as informações recebidas em seu determinado tempo, seja no contexto social, familiar ou educacional, lembramos que crianças com necessidades educacionais especiais também têm sua forma e seu momento de aprendizagem. É importante que o processo de ensino voltado a elas seja direcionado a atender suas necessidades em todos os aspectos, sejam sociais, cognitivos, emocionais.

O desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva é essencial para a socialização dos pequenos com o mundo externo, sendo também um meio de a criança conhecer a si mesma, tornando-se um autocrítico e apto a se posicionar na sociedade expondo suas ideias de modo criativo.

Sob este aspecto, Sasaki (2007, p. 16) mostra que a sociedade, em todas as culturas, passou por diversas fases no que se refere às práticas sociais. Em primeiro lugar começou praticando a exclusão social de pessoas que, por causa das condições adversas, não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em segundo lugar, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática socialmente integradora e baseada, fundamentalmente, nos direitos de todos os alunos, sem exclusão, vem adotando a inclusão.

Contudo, é importante estar atento a esta denominação de inclusão, uma vez que a criança com deficiência não deixará de ser “diferente” das demais simplesmente por estar

inserida no mesmo ambiente escolar que as demais crianças em sua idade escolar. Conforme afirmam Fávero e Ireland (2007) o ser humano nomeado como diferente, para uma determinada comunidade cultural, pode assumir duas posições: uma de vulnerabilidade e outra de resistência a sua condição de vulnerabilidade.

Os argumentos de Fávero e Ireland, são reforçados por Sasaki (2007), ao destacar que essas mudanças não ocorreram na mesma época para todos os segmentos populacionais. Nos dias de hoje, em muitas partes do Brasil, assim como em outros países, ainda vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a vários grupos sociais. Mas podemos perceber a tradicional integração dando lugar à inclusão.

Estas crianças se encontram em risco de tornarem alvos de processos discriminatórios ou excludentes, seja em função de uma deficiência ou de quaisquer outras estereotipias voltadas as suas esperanças de aprendizagem ou desenvolvimento pessoal. (PEREIRA, 2012)

Em primeiro lugar, vamos conceituar legalmente a Educação Especial no Brasil como sendo a “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (LDB 9.394/96, V, art.58).

Segundo Mantoan (2006, p. 27):

O “preferencialmente” refere-se a “atendimento educacional especializado”, ou seja, o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender as especificidades dos alunos com deficiência. Abrange, sobretudo, instrumentos necessários a eliminação das barreiras naturais que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Exemplos: o ensino da língua de sinais (Libras) e do código braile e o uso dos recursos de informática e de outras ferramentas e linguagens que propiciam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Na lei e na concepção inclusiva, esse atendimento diferenciado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o recinto mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e motor dos alunos em geral.

Pinto (2011) afirma que inclusão é reconhecer a diversidade, promovendo igualdade de chances para todos, permitindo que mesmo aqueles que possuam determinada limitação seja capaz de desenvolver seus potenciais. Segundo o autor, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter seus direitos de acesso aos bens da sociedade - educação, saúde, trabalho, etc - garantidos. E o primeiro passo deve ser dado pela escola, através do desenvolvimento de atividades de vida autônoma, praticados diariamente.

Com as mudanças econômicas e, conseqüentemente, sociais e culturais, a escola se transformou e, com isso, foram criadas e ampliadas algumas funções importantes ao bom funcionamento do espaço escolar, a fim de responder às necessidades educativas. (OLIVEIRA, *et. al.* 2011)

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, por sua vez, tem sido amplamente discutida. Segundo Vilella, Lopes e Guerreiro (2003), esta inclusão está baseada na perspectiva de educação para todos, pois, necessita que sejam feitas adaptações pedagógicas para um aluno que tenha algum tipo de deficiência, levando-se em conta distintas formas de aprender e de ensinar.

De acordo com Glat et al. (2006) *apud* Rocha (2009), uma escola inclusiva deve ultrapassar a inserção de pessoas com deficiências, pois esses não são os únicos excluídos do processo educacional. Os autores destacam que o sistema de ensino regular tem sido incapaz de lidar com o alarmante número de alunos que apresentam problemas sociais, culturais, psicológicos e/ou de aprendizagem; afirmam, ainda, que é necessário desenvolver um trabalho preventivo que contribua com o cumprimento de metas de equiparação de oportunidades educacionais, visando construir-se uma sociedade verdadeiramente democrática, o que pode se iniciar com a qualificação dos professores para melhor compreensão do universo dos alunos com deficiência, participando de treinamentos específicos, compreendendo e conhecendo, por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre outros, assim, o próximo capítulo abordará a importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão.

2.3 A importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão

Ao realizar um trabalho de educação inclusiva, os docentes têm a oportunidade de participar ativamente nas atividades escolares, podendo despertar nos outros educadores, pais e professores, a necessidade da observação em todos os momentos da vida da criança. Além disso, se o professor utilizar programas de ação integrada entre pais, professores e orientadores educacionais, pode fortalecer a responsabilidade de todos na ação conjunta da educação (SCARPINI; MARQUES & SICCA, 2005)

É importante promover uma preparação do ambiente escolar, pensando em como realizar, da melhor maneira, as práticas inclusivas para essas pessoas, de forma a desenvolver suas potencialidades buscando-se, também, a qualidade do ensino para todos os estudantes, independentemente de terem ou não deficiência. (VILLELA; LOPES & GUERREIRO, 2003)

Zeichner (1993 *apud* SCARPINI, MARQUES E SICCA, 2005, p. 18) enfatiza que “todo (a) professor (a) traz para sua prática as teorias que teve contato.” O autor destaca, ainda, que:

Estas teorias são resgatadas conscientemente em suas ações. Quando se depara com problemas pedagógicos, levam-no(a) a refletir e a reconhecer quando falha ou obtém êxito diante da realidade que trabalha. A realidade que o (a) professor(a) encontra na sala de aula é diversificada, múltipla e desigual. Portanto, poderá refletir ou não sobre as condições sociais de sua prática. Então, sua postura dependerá das opções políticas que defende e da linha de autonomia de suas ações. A intenção do professor ao refletir sobre sua prática demonstra seu empenho em atuar de um modo que diminua os efeitos nocivos das desigualdades que atravessam as nossas escolas e a nossa sociedade.

É necessário que o docente seja capaz de compreender a importância de estar preparado para enfrentar as particularidades de trabalhar em uma classe composta de alunos com deficiência, a fim de viabilizar melhores condições para o seu trabalho e trazendo para o meio escolar um aproveitamento melhor de ambas as partes. (SILVA & ARRUDA, 2014)

Veltrone e Mendes (2007, p. 02) destacam que:

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

Para Duk (2006), a educação é uma arte que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para novas situações ou problemas emergentes do dia a dia da escola e sala de aula.

O professor é responsável pela articulação, coordenação e acompanhamento dos educandos. Cabe a este profissional, além dos recursos tradicionais, utilizar as novas técnicas voltadas a informação e comunicação, oferecendo aos alunos condições para compreenderem o mundo por meio de experiências múltiplas de interação e das relações estabelecidas pela exploração do meio em que estão inseridos. (SANTANA, 2011)

O uso de estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem só vem a contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos no processo, ou seja, indivíduos com diferentes deficiências ou

necessidades educacionais específicas, de diferentes origens socioeconômicas e contextos culturais distintos, com habilidades igualmente distintas entre si, poderão beneficiar-se de estratégias didático-metodológicas heterogêneas; afinal, em uma escola cada vez mais plural e democrática, não se pode supor que exista uma única forma de ensinar e aprender. (VILLELA, LOPES & GUERREIRO, 2003)

É necessário ter “jogo de cintura” e criatividade para gerar uma variedade de alternativas, avaliando qual delas “funcionou melhor” para uma dada situação. Ou seja, ele tem que ser capaz de modificar as estratégias de ensino, de modo a adequá-las ao estilo de aprendizagem e as necessidades da criança. (MATTOS, 2011, p.121 e 122).

Assim, é possível afirmar que a formação dos professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, uma vez que ela é elemento fundamental para proporcionar mudanças que requerem um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227)

Mas além de uma boa formação do professor, deve-se estar atento ao fato da educação escolar permitir ao indivíduo ter acesso ao mundo para além da família. Uma vez que, na escola, o estudante tem acesso ao mundo inteiro e, em consequência disto, passa a representar seu poder de exercer os princípios de justiça e igualdade humanas, na medida em que oferecem a todas as crianças os benefícios do conhecimento, independentemente de sua condição social, este contexto também precisa ser acessível a todos. (MARQUES & BRANCHER, 2000)

2.4 Acessibilidade

Discriminação da deficiência na educação é ilegal. As escolas não devem tratar os alunos com deficiência de forma menos favorável do que outros; devendo ser feitos "ajustes razoáveis" para garantir que estes alunos não estejam em desvantagem substancial; e preparados planos de acessibilidade escolar para mostrar como eles vão aumentar o acesso à educação para os alunos com deficiência ao longo do tempo. (BRASIL, 2014).

“Direitos humanos, democracia e acessibilidade são indissolúveis, pois representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo” (BRASIL, 2006, p. 02). Isto significa que todos têm o direito de serem tratados com igualdade de acordo com suas potencialidades e limitações. A necessidade de viver em sociedade faz com que as pessoas desenvolvam habilidades que lhes permitam garantir o direito de ir e vir. Deve-se ressaltar, ainda, que essa igualdade não se

limita às pessoas com deficiência, mas abrange também mulheres no período de amamentação, obesos, idosos, entre outros. (BRASIL, 2006)

Segundo Mantoan (2006, p. 30):

Para os defensores da inclusão escolar, é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminação.

Portanto, em relação às pessoas com deficiências, acessibilidade refere-se à concepção de produtos, dispositivos, serviços ou ambientes adequados para elas. O conceito de design acessível garante tanto acesso direto (ou seja, sem ajuda) e acesso indireto, com o apoio de uma pessoa ou de tecnologia assistiva (por exemplo, computador leitores de tela). Além disso, a acessibilidade se relaciona à dignidade, atendendo a satisfação e fortalecendo necessidades básicas humanas, dotadas de valores próprios e intrínsecos durante a vida (SILVA, 2013).

Segundo Melo, Almeida e Silva (2010), desde a Convenção da ONU, retificada pelo Decreto nº 186/2008, a acessibilidade deve ter como princípio norteador assegurar às pessoas com deficiência o acesso a igualdade de oportunidades, sejam elas, físicas, ao transporte, à informação e comunicação. Os autores afirmam ainda que:

A acessibilidade inclui uma série de ações: a utilização de espaços, construções, equipamentos urbanos, transportes e meios de comunicação e informação; o atendimento prioritário em órgãos públicos, empresas prestadoras de serviços públicos, como por exemplo, as empresas de transporte coletivo. (MELO; ALMEIDA & SILVA, 2010, p. 19)

O Decreto nº 6.949, de agosto de 2009, oriundo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhece a importância da acessibilidade, definindo-a em seu Artigo 9, como o ato de possibilitar às pessoas com deficiência a oportunidade de viver de forma independente e particular, plenamente, em todos os aspectos da sua vida. (BRASIL, 2009).

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Contexto

A Escola Classe escolhida para este estudo está localizada em Samambaia/DF, funciona com vinte e oito turmas, sendo atualmente dois turnos (matutino e vespertino), atua como uma unidade de educação inclusiva e atende estudantes que cursam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, subdividas em: seis turmas de 1º ano, cinco turmas de 2º ano, seis turmas de 3º ano, quatro turmas de 4º ano e sete turmas de 5º ano, somando um total de seiscentos e sessenta e dois alunos.

O corpo docente é formado por 28 professores regentes, 2 professoras de 20 h.(para atender as reduções de regência) e 04 readaptadas.

A comunidade atendida é na sua maioria de situação econômica estável, esclarecida e em diversos níveis de escolaridade.

3.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa bibliográfica permite identificar o que a literatura apresenta quanto as dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência inseridos no ensino regular. Posteriormente, por meio de pesquisa de campo, será verificado se existe aceitação das diferenças no ensino regular, sob o ponto de vista docente.

Serão utilizadas para o estudo, principalmente, publicações do ano de 2004 até os dias atuais. O levantamento de dados foi realizado a partir da busca de artigos científicos em português no banco de dados bases de dados *Scielo*. A seleção dos trabalhos obedeceu a critérios específicos, considerando algumas estratégias na busca, os termos: direitos humanos, inclusão escolar e acessibilidade.

Para ser incluído no estudo, o artigo deveria: contemplar a abordagem sobre o tema inclusão escolar e direitos humanos; e ter sido publicado nos últimos 10 anos. Cabe salientar ainda, que alguns trabalhos fornecidos pelas bases de dados não foram considerados, uma vez que conforme o levantamento preliminar por meio da leitura seletiva do resumo dos artigos, os mesmos não se referiam ao objetivo da pesquisa.

Posteriormente a realização da pesquisa de bibliográfica, realizou-se pesquisa de campo com visita a Escola Classe para obtenção de informações sobre o processo de

educação inclusiva e se as mesmas atendem os direitos de dignidade e humanidade para os alunos com deficiência.

3.3 Procedimentos

Posteriormente a pesquisa bibliográfica será realizada uma pesquisa interventiva por meio de visita a instituição de ensino escolhida os participante, sendo os participantes deste estudo professores, que tivessem alunos com necessidades educacionais especiais em sua turma.

Em campo, inicialmente, foi realizada uma entrevista, em anexo, com 3 (três) docentes e 1(uma) coordenadora e a direção da escola. Os entrevistados foram bastante receptivos e mostraram disposição em contribuir com a pesquisa.

Após a realização da entrevista, e observação quanto aos aspectos físicos e de acessibilidade da escola, realizou-se uma análise de quais medidas seriam apropriadas para melhorar as condições de acessibilidade dos alunos com deficiência. Foi feita uma visita à escola para a realização da coleta de informações necessárias, a fim de detectar quais medidas interventivas devem ser sugeridas aos gestores da instituição.

Assim, ao visitar a escola foram observados aspectos da acessibilidade da escola, como: sua entrada, se a mesma possui acesso adequado, como por exemplo rampa para os alunos cadeirantes, fixas sinalizadoras com relevo para os alunos com deficiência visual, se as portas das salas são ampliadas, se os bebedouros são adaptados para os alunos com deficiência física e banheiro adequado. Conforme indicado nas Leis: 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Além da estrutura física será observada se a escola oferece aos professores regentes das turmas com alunos com deficiência monitores que conheçam a Língua dos Sinais - Libras para oferecer um melhor atendimento aos alunos com deficiência.

3.4 Ações interventivas

As ações interventivas propostas serão formuladas juntamente com os docentes, coordenadores e direção da instituição de ensino escolhida para a consrução de informações

necessárias que permitam verificar como se dá o processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência.

Após a realização deste estudo monográfico a pesquisadora retornará à escola com o objetivo de apresentar os resultados obtidos ao longo do estudo e em uma roda de conversa, com duração de aproximadamente 50 minutos, serão apresentadas as propostas de melhorias na acessibilidade e haverá a promoção de um debate sobre o que poderia ser realizado para oferecer aos alunos com deficiência a promoção de seus direitos listados na Declaração de Direitos Humanos, como liberdade, mobilidade e acesso à educação e informação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo deste estudo procurou-se discutir a visão dos direitos humanos no processo de inclusão escolar, sob a perspectiva dos professores. Segundo Cury (2009), o Brasil é um país signatário de várias convenções internacionais, e estas convenções reconhecem a educação escolar como direito fundamental para todos, para que ocorra o desenvolvimento do indivíduo como ser social, participativo, político e cultural. À medida que temos leis, convenções e tratados sobre a inclusão, a também uma preocupação sobre a qualificação desses educadores, importante no contexto de ensino/aprendizado.

Durante a entrevista os participantes foram questionados sobre a importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão; e se há aceitação das diferenças, no que diz respeito aos alunos com deficiência que estão inseridos no ensino regular.

Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, eles foram nomeados como ICP (coordenadora pedagógica), Pla (professora de turma inclusiva), Plb (professora de turma inclusiva), PSR 4 (professora da sala de recursos).

O quadro a seguir ilustra as respostas apresentadas pelas entrevistadas e foi utilizado com o intuito de apresentar a análise dos resultados obtidos, por meio da intereção entre os objetivos da pesquisa, literatura e opinião dos docentes.

Tabela 1 Análise dos resultados

Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico	Objetivo Geral e Objetivos Específicos	Resultados e Discussões	Projeto de Intervenção
<p>Escola como espaço para a construção da cidadania e exercício dos Direitos Humanos, onde os alunos permanecem grande parte do dia e têm chance de relacionar-se com outras pessoas que não seus familiares, expor experiências e expectativas (PULINO, 2014).</p> <p>Pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana (BRASIL, 2008).</p>	<p>Analisar, na perspectiva dos direitos humanos, as opiniões de professores a respeito da inclusão, de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular que atue de forma inclusiva, situada em Samambaia, DF.</p> <p>Discutir a visão dos direitos humanos no processo de inclusão escolar, incluindo outras leis a respeito da inclusão.</p>	<p>As entrevistas informaram que, após iniciarem o trabalho com os alunos com deficiência, passaram a ter um olhar diferente sobre como abordar e trabalhar com crianças que necessitam de atenção especial.</p> <p>A entrevistada Plb destacou que, ao longo do ano, aprendeu muito sobre as abordagens a serem adotadas e agora, na reta final do ano letivo, já se sente mais a vontade em relação ao trabalho que realiza com as crianças .</p> <p><i>“Há muito tempo nossa escola trabalha com essa perspectiva da inclusão. O sentimento é de desafio, mas sempre com vontade e empenho em oferecer o melhor” (Plb)</i></p>	<p>Apresentar aos professores, durante a roda de conversa, leis que regem a inclusão, e a importância deles utilizarem atividades que ilustrem os direitos universais e, de forma didática, apresentar a convenção de direitos das pessoas com deficiência, para que conheçam e dialoguem sobre o que podem fazer para contribuir para a construção de um mundo melhor, onde todos, sem exclusão, vivam de forma harmoniosa e humanística.</p>

<p>“A preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.” (BRASIL, 1998, p. 10). É fundamental que os docentes compreendam as necessidades dos alunos e estejam preparados para construir um vínculo afetivo, independente do tipo de deficiência que o aluno possua. O conhecimento facilita a realização do trabalho do professor, e também, a adaptação dos alunos no ambiente escolar. Quando o professor conhece as necessidades de seus alunos, ele valoriza a diversidade humana e promove o bem estar.</p>	<p>Analisar a importância da qualificação dos educadores e do ambiente escolar no processo de aprendizagem e inclusão.</p>	<p>Nas entrevistas, os participantes salientaram que, muitas vezes, os alunos com deficiência são recebidos por profissionais que não receberam treinamento adequado para atuarem de forma satisfatória, a fim de garantir-lhes uma educação de qualidade e que atenda os princípios de igualdade e liberdade. A entrevistada Pla declara que, apesar de muitas vezes os professores que assumem as turmas inclusivas não possuírem qualificação, eles recebem todos os alunos com deficiência que solicitam uma vaga.</p> <p><i>“Recebemos todos os alunos com deficiência que solicitam uma vaga, ainda que não tenhamos qualificação específica” I(Pla)</i></p> <p>Contudo as entrevistadas Plb, PLR e CP informaram que realizaram cursos de formação continuada, com o objetivo de assumir turmas inclusivas e para trabalhar na sala de recursos, destinados à realização de atividades especiais com alunos com deficiência e que apresentam déficit de atenção e hiperatividade.</p> <p><i>“Por meio de cursos constantes (continuados)” (PLR)</i></p>	<p>Após verificar que as opiniões dos docentes entrevistados tendiam a melhor preparação e treinamento será realizada uma roda de conversa a fim de verificar qual a opinião dos professores sobre como deveria ser realizada a preparação para que eles recebessem os alunos de forma mais tranquila e harmoniosa. Após a realização da roda de conversa, utilizando a opinião dos docentes sobre a abordagem de criação de novas turmas, será proposto aos gestores da escola a realização de cursos rápidos que permitam aos professores a terem maior acesso a informações que facilitem a realização de suas atividades docentes. Será proposto, ainda, que estes cursos sejam realizados na própria instituição nos horários de coordenação dos professores.</p>
--	--	--	--

<p>O decreto 186 de 2008 destaca que as pessoas com deficiência tem direito a:</p> <p>a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, a liberdade de fazer as próprias escolhas, e independência.</p> <p>b) A não-discriminação;</p> <p>c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;</p> <p>d) O respeito pela diferença e aceitação das pessoas como parte da diversidade humana e da humanidade;</p> <p>e) A igualdade de oportunidades;</p> <p>f) A acessibilidade;</p> <p>g) A igualdade entre homem e mulher;</p> <p>h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (BRASIL, 2008). Por isso, a aceitação e a receptividade pelos docentes são fundamentais para garantir tais direitos.</p>	<p>Verificar se existe aceitação das diferenças no ensino regular, sob o ponto de vista docente.</p>	<p>A respeito da reação que tiveram ao receberem alunos com deficiência, a entrevistada Pla afirmou que buscou acolhê-los bem, promovendo sua integração à escola e à turma da melhor forma possível. A entrevistada Plb informou ter recebido os alunos bem, e que se preparou para recebê-los, principalmente porque ela escolheu a turma. A entrevistada PCR disse que recebeu os alunos tranquilamente, pois foi responsável por escolher a turma, devido ao fato de já trabalhar com alunos com deficiência há alguns anos. A entrevistada PCR buscou informações pertinentes às especificidades dos alunos com deficiência, a fim de promover trabalhos diferenciados que atendessem os alunos regulares e também os alunos especiais.</p> <p>Porém, a entrevistada Plb afirmou que nem sempre escolhe as turmas inclusivas por ter receio de não conseguir fazer o aluno progredir como gostaria. A entrevistada PCR limitou-se em responder que certamente receberia alunos com deficiência, sem questionar. Para a entrevistada CP, a educação inclusiva é um direito da criança, e por esse motivo não cogita a possibilidade de não receber um aluno com deficiência. As entrevistadas informaram que se</p>	<p>A fim de realizar atividades que respeitam a dignidade e a autonomia individual dos alunos sugere-se que os professores realizem atividades dinâmicas e interativas que contem com a participação de todos os alunos da instituição, mostrando a eles a importância de cada um, independente de suas limitações. Mostrar que todos podem ajudar e contribuir pelo bom estar das crianças com deficiência.</p>
--	--	---	--

		<p>adaptaram à presença de alunos com deficiência, mas que se sentiriam mais a vontade se fossem entrevistadas sobre a abertura de turmas com alunos deficientes. A entrevistada Plb afirma que assim os docentes teriam a oportunidade de se especializar melhor. A entrevistada PCR destaca que quando são informadas com a antecedência sobre a matrícula de alunos com deficiência elas têm a oportunidade de se prepararem melhor, organizando suas aulas de forma igualitária e dinâmica.</p> <p>Notaram a importância de respeitar as particularidades de cada um e fazer com que seus direitos e necessidades sejam respeitados e garantidos.</p>	
--	--	---	--

<p>A acessibilidade inclui uma série de ações: a utilização de espaços, construções, equipamentos urbanos, transportes e meios de comunicação e informação; o atendimento prioritário em órgãos públicos, empresas prestadoras de serviços públicos, como por exemplo, as empresas de transporte coletivo</p>		<p>Além dos dados fornecidos ao longo da entrevista a pesquisadora observou o ambiente escolar, e verificou que a escola possui alguns problemas de nível estrutural que devem ser corrigidos, como a ausência de sinalização para deficientes visuais, o excesso de buracos no piso, o que dificulta o acesso de cadeirantes às dependências da escola.</p>	<p>Propor aos gestores da escola a elaboração de um plano de acessibilidade que contemple a reforma e do piso e incersão de faixas indicativas, além de adequação dos filtros para alunos com baixa visão e realizar a reserva de equipamentos e móveis adequados para atender as necessidades dos alunos com deficiência.</p>
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, 2015.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo monográfico apresentou uma analogia aprofundada sobre os direitos humanos, e o desrespeito, lembrando que esses direitos estão expressos na legislação universal dos Direitos Humanos e incluídos na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Esse assunto tão mencionado pôr estudiosos, educadores, profissionais das áreas sociais e também conhecida superficialmente pela população.

O estudo em questão é direcionado aos alunos com deficiência inseridos no ensino regular, tendo como objetivo investigar como essas diferenças são inclusas no ambiente escolar, social, familiar e de que forma elas são respeitadas em concordância com , o princípio da igualdade, vigente nas leis do País.

Certamente houve uma evolução ao longo da história, o que antes era imaginável ver as pessoas com necessidades especiais tendo sua liberdade de locomoção, estudar numa escolar considerada “regular”, trabalhar e participar da construção democrática, atualmente essa realidade tornou-se possível, por meio de amparos legais e principalmente com o envolvimento da comunidade escolar, fundamental no processo de inclusão social. Inegavelmente ainda existem pessoas que infelizmente defende a ideia de que ás diferenças devem ser inseridas separadamente, no entanto observou-se que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular contribui para um aprendizado enriquecedor, com efeitos de uma educação humanizadora e igualitário.

Destaca-se que na sociedade contemporânea, em virtude da evolução dos estudos científicos e dos Direitos Humanos, começou-se a perceber que as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos como quaisquer outras, dessa forma possibilitam que as pessoas opressoras percebesem que o diferente, pode ser qualquer um, porque as deficiências em si podem ser também adquiridas em decorrências de acidentes, complicações neorológicas.

Observou-se que os direitos humanos mencionados nessa pesquisa proporcionam uma reflexão sobre as necessidades de ações educativas, tendo como referência o educador, que pôr sua vez pode exercer suas intervenções, utilizando-se instrumentos pedagógicos, com a finalidade de coibir a discriminação contra qualquer pessoa, seja ela com limitações: física, intelectual, auditiva, visual entre outras. Analisados sob o ponto de vista dos alunos tanto os com deficiência ou não o processo inclusivo, é visto por eles sendo, fundamentais na formação da identidade pessoal, social e humana, inclusive na própria visão dos direitos humanos.

O desafio em oferecer um aprendizado igualitário ainda é um obstaculo para o professor inserido numa turma inclusiva, visto que infelizmente existem escolas em péssimas

condições arquitetônicas como: a falta de acessibilidade, materiais adaptados para deficiente com baixa visão, livros em braile, intérprete, rampas, banheiro e até mesmo portas estreitas, realidade facilmente encontrada em algumas escolas do Distrito Federal.

Nesta pesquisa há também uma preocupação com a qualificação dos docentes, seja de curto, médio ou continuado, certamente este professor que passa por uma formação antes de receber um aluno com deficiência, esse inevitavelmente não terá dificuldades em ministrar suas ações, compreensão e dinâmicas a serem adotadas em sala de aula.

Foram argumentados pelos educadores participantes dessa pesquisa que a formação é fundamental no processo de aprendizagem dos alunos e eles enquanto professores aprendem muito e até preferem trabalhar com turmas inclusivas, eles também resalta que Governo oferece curso de capacitação, mas infelizmente têm colegas que não fazem e nem demonstra interesse.

Sob este aspecto verifica-se a necessidade de apresentar às instituições de ensino, métodos e técnicas capazes de promover a inclusão educacional das pessoas com deficiência em conformidade com os Direitos Humanos.

Conclui-se que, é possível garantir um ensino inclusivo, desde que, governo, familiares, comunidade escolar e educadores assumem sua parcela de responsabilidade e juntos criarem ações continuadas, pois a escola é um espaço dinâmico e com possibilidades ampla de abrigar ideias e propostas, essa interação ajuda a todos adquirir conhecimentos e entender que as diferenças auxiliam a compreender a dinamização existente numa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências.** São Paulo: Moderna, 2004.

ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins; SILVA, Ana Paula Mesquita da. **O papel do professor diante da inclusão escolar.** 2014. Disponível em: http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 2015.

BISACCIONI, Paola. **Como os professores lidam com um aluno com deficiência inserido em suas turmas:** Os desafios da transição da educação infantil para o ensino fundamental. 2005. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~bdsepsi/192a.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: A escola.** 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acesso em: setembro de 2015.

BRASIL, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.049, de 25 de agosto de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: outubro de 2015.

MELO, Gardênia Lúcia Val de; ALMEIDA, Marlúcia Gomes Evaristo; SILVA, Mauro Eduardo e. **A cidade para todos: o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência.** 2010. Disponível em: <http://www.seid.pi.gov.br/diversos/cartilha2.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

BRASIL, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade.** 2006. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/43/Livro%20-%20Acessibilidade.pdf?sequence=5>. Acesso em: outubro em 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Da Educação para os Direitos Humanos.** 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_03.pdf. Acesso em: outubro de 2015.

DELMONDEZ; Polianne; PULINO, Lucia Helena. **Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena.** In: Psicologia & Sociedade. no prelo.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade:** Material de formação docente. Ed. 3. Brasília: [MEC,SESP], 2006.

FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis. **Educação como exercício de diversidade.** 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: setembro de 2015.

GDF, Governo do Distrito Federal, Projeto Político Pedagógico: **Escola Classe 410 de Samambaia,** 2014. Disponível em: <http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/10/PPP-EC-410-1.pdf>. Acesso em: agosto de 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATTOS, Paulo. **No mundo da Lua- Perguntas e respostas sobre Transtorno de Deficit de Atenção com Hiperatividade em Crianças, Adolescentes e Adultos**. 10 ed. ABDA. 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

OLIVEIRA, Anna Karollina de Souza, *et. al.*, **Gestão, coordenação e orientação educacional: trabalho integrado para o bom funcionamento da escola**. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/propesq/article/viewFile/394/416>. Acesso em setembro de 2014.

PEREIRA, Margareth Kayser. **Educação especial: para além do dilema possibilidades de uma educação inclusiva bem sucedida**. 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69862/000875103.pdf?sequence=1>. Acesso em: agosto de 2014.

PINTO, Maria da Penha Lima Gomes. **O papel do orientador na educação inclusiva**. 2011. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/o_papel_do_orientador_educacional_na_educacao_inclusiva.pdf. Acesso em setembro de 2014.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Tornar-se humano e os Direitos Humanos**. p. 08.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Não vi e não gostei: O fenômeno do preconceito**. 6. ed. São Paulo: ed. Moderna, 1995. Coleção qual é o grilo? 5ª Edição.

ROCHA, Halline Fialho da. **Atendimento educacional especializado no processo de inclusão: relato de uma experiência na sala de recursos**. 2009. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx09.pdf>. Acesso em: setembro de 2014.

SANTANA, Marcos de Sousa. **Papel do orientador educacional na inserção do aluno com necessidade especial no mercado de trabalho**. 2011. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/papel_do_orientador_educacional_na_insercao_do_aluno_com_necessidade_especial_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: setembro de 2014.

SASSAKI, Romeu Kazume. **Inclusão. / Construindo uma sociedade para todos/** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCARPINI, Neira Aparecida Machado; MARQUES, Beatriz de Melo; SICCA, Natalina Aparecida Laguna. **A formação de professores (as) no cotidiano da escola a partir da construção de projetos**. 2005. Disponível em: unesp.br/prograd/e-book%20viii%20cepfe/.../1aixoNOVO.pdf. Acesso em: setembro de 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção da identidade e da diferença In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar**. 2007. Disponível em: www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf. Acesso em: setembro de 2015.

VILELLA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Os desafios da inclusão escolar no século XXI**. 2013. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>. Acesso em: setembro de 2015.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Os desafios da inclusão escolar no século XXI**. 2013. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>. Acesso em: agosto de 2015.

SILVA, Tâmara Mirely Silveira. **Direito Fundamental à acessibilidade no Brasil: uma revisão narrativa sobre o tema**. 2013. Disponível em: <http://www.cesed.br/enpac/anais/arquivos/anais/arematematica-direito/dir011.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiros de Entrevista

Este roteiro de entrevista foi elaborado para a realização da coleta de dados que auxiliarão na composição de minha monografia para conclusão do curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, pela Universidade de Brasília (UNB).

Para a aplicação deste roteiro de entrevista a pesquisadora irá entrevistar os (as) professores (as) regentes das turmas que atendem alunos com deficiência, sendo um total de 3(três) docentes. O objetivo deste roteiro de entrevista é avaliar a percepção dos gestores e professores sobre a importância e a forma como é realizada as práticas de educação inclusiva na escola.

Parte 1 – Professores¹

1) Vocês têm alunos com necessidades educacionais especiais em sua escola? Como foi a reação com a chegada deste aluno?

2) Se você tivesse a opção de escolher entre receber e não receber esse aluno, qual seria sua opção? Por quê?

3) Qual foi o seu pensamento/sentimento ao saber que teria um aluno com necessidades educacionais especiais em sua turma?

4) Você já tinha experiências anteriores de alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas?

() Sim () Não

5) Você já havia recebido alguma proposta de curso, orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular? Em caso positivo, qual (is)?

() Sim () Não

¹ Roteiro de entrevista baseado em pesquisa realizada por Bisaccioni, 2005.

6) Quando ficou sabendo que teria um aluno com necessidades educacionais especiais em sua turma procurou informações a respeito do assunto?

() Sim () Não

7) Onde ou com quem procurou estas informações (outros professores, diretor, outros alunos, conhecidos, família do aluno, etc.)?

8) Essas informações auxiliaram na sua prática? Como?

9) Quando um professor recebe pela primeira vez em sua turma um aluno com necessidades educacionais especiais, quais deveriam ser os procedimentos a serem adotados? Tem alguma sugestão?

10) Atualmente, você já se sente confortável em trabalhar com alunos com deficiência, e consegue atendê-los de forma satisfatória para o seu aprendizado?

Parte 2 – Observações físicas do prédio da escola

1. A entrada de acesso a escola é adaptada para atender todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência

2. Caso a resposta seja não o que deve ser melhorado?

3. Há na escola banheiros específicos para o uso de alunos com deficiência?

4. Os bebedouros são adequados?

5. As salas de aula têm acesso e mobiliário adequado para receber os alunos com deficiência?

6. O piso da escola possui sinalização adequada, e está em boas condições de uso que facilitam a locomoção dos alunos com deficiência física e cadeirantes?

7) Em sala de aula e fora dela, há auxiliares, cuidadores e intérpretes para auxiliar os alunos com deficiência?

8) Os profissionais respeitam os alunos com necessidades educacionais especiais?
